

Entrevista a Daniel Alves (Laboratório de Humanidades Digitais, Universidade NOVA de Lisboa), por Santiago Pérez Isasi

Daniel Alves é Professor Auxiliar no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, e investigador do Instituto de História Contemporânea. É, também, o coordenador do Laboratório de Humanidades Digitais, sem dúvida um dos centros de referência das HD em Portugal. Nesta Faculdade organizou-se, em 2015, a primeira e, até a data, última conferência de Humanidades Digitais em Portugal.

Na sua longa relação com as HD, o professor Daniel Alves especializou-se na área dos SIG históricos, com diversos projetos de cartografia digital tal como o *Atlas das paisagens literárias de Portugal continental*; ainda nesta área, co-organizou a conferência internacional *Spatial Humanities 2022*. É consultor da infraestrutura ROSSIO, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para a recuperação e difusão do património artístico e cultural português. É, ainda, o coordenador da plataforma formativa *Programming Historian em Português*, e editor da *International Journal of Humanities and Arts Computing*.

Santiago Pérez Isasi: A sua trajetória nas Humanidades Digitais tem uma duração já de várias décadas. Como diria que evoluiu a disciplina neste tempo?

Daniel Alves: O meu percurso no que hoje chamamos de Humanidades Digitais vem já de 1995 e nessa medida é anterior à modernização do conceito, que surge apenas a partir do início dos anos 2000. Nessa altura, tínhamos consciência de que o que fazíamos era diferente das abordagens metodológicas clássicas dentro da História (a disciplina onde sempre fiz investigação), mas talvez não tivéssemos ideia de como essa abordagem iria ser transformadora.

Uma das principais características dessa evolução, nestas três décadas, é termos passado de utilizadores, mais ou menos passivos, da tecnologia e dos métodos digitais, para um posicionamento mais crítico e até, em alguns casos, construtivista (na verdadeira concepção epistemológica do termo) na ligação entre humanidades e tecnologia. Considero que foi isso que a disciplina procurou incorporar ou desenvolver a partir de 2004. Ao mesmo tempo, procurou adaptar-se à vertiginosa velocidade de mudança da tecnologia digital no presente. Isso trouxe dores de crescimento, com críticas dirigidas às Humanidades Digitais de se renderem a um constante experimentalismo, de se colocarem numa posição de certa arrogância face aos outros modos de fazer nas Humanidades, de ignorarem os resultados e se focarem apenas nos métodos. Mas julgo que aos poucos foi possível consolidar uma outra visão, demonstrar que Humanidades Digitais são outra face da mesma moeda, são uma evolução e não uma revolução. E com isso veio uma capacidade de se afirmar no meio académico, de se institucionalizar por meio de laboratórios, departamentos, cursos, revistas, projectos.

SPI: Que lugar ocupam as HD em Portugal? E inversamente, que posição tem Portugal (e o mundo lusófono) nas HD?

DA: Provavelmente estamos na fase de transição do experimentalismo para o construtivismo, do consumo passivo para a prática com sentido crítico. Há ainda um caminho a percorrer, mas a evolução tem sido significativa. Em 2010, as Humanidades Digitais em Portugal eram praticamente ignoradas, o conceito era desconhecido, quem pretendia fazer o seu percurso nesta área era visto como “bizarro”, como António Hespanha se queixava de ter sido visto na década de 1980. Por estranho que pareça, em 2010 a percepção exterior sobre aqueles que se dedicavam ao uso de métodos digitais nas Humanidades pouco parecia ter evoluído face a três décadas anteriores. Apesar do muito que já se fazia, apesar da grande qualidade de muitos dos nossos projectos e equipas, um pouco por todo o país.

De lá para cá muito mudou. Hoje, não há praticamente projecto em qualquer disciplina das Humanidades que não recorra a métodos digitais. Talvez sem se declarar de Humanidades Digitais, mas já perfeitamente enquadráveis como tal. Temos muitas iniciativas, workshops, conferências, publicações que assumem essa ligação, o interesse dentro e fora da academia tem crescido, inclusive ao nível do ensino básico e secundário, e muito também no sector da cultura e do património.

Mas temos ainda poucos laboratórios, os que temos têm dimensão reduzida e não trabalham em rede, como seria fundamental num país pequeno e de fracos recursos como o nosso. Temos poucos cursos, segundo sei, apenas dois mestrados na área, apesar de algumas disciplinas dispersas de introdução aos métodos digitais ao nível das licenciaturas e outras, menos, nos mestrados e doutoramentos.

Este atraso relativo tem dificultado a afirmação do mundo lusófono no mundo das Humanidades Digitais. Se a língua é um factor que tem potenciado parcerias muito interessantes entre Portugal e o Brasil, falta ainda incluir os países africanos de língua portuguesa nesta dinâmica. Há muito potencial, não só pelo número, que também conta, é óbvio (com o Brasil a ser determinante), mas porque o multilinguismo tem feito o seu caminho nas Humanidades Digitais e a comunidade de práticas que fala português tem capacidade para se poder afirmar nesta nova fase. Faltam infraestruturas, falta investimento e apoio institucional. Por enquanto somos ainda pequenos, com pouca afirmação e presença nos grandes fóruns internacionais das Humanidades Digitais.

SPI: Pensa que as Humanidades Digitais são suficientemente (ou excessivamente) críticas e auto-reflexivas em relação com os seus condicionamentos e desigualdades sociais, económicos, geopolíticos, técnicos, científicos...? (Por exemplo, no acesso a infraestruturas e financiamento, na disponibilidade de dados...)

DA: Neste ponto, as diferenças que assinala antes são visíveis. As Humanidades Digitais desenvolveram-se e continuam a desenvolver-se mais nos países onde o acesso a infraestruturas, financiamento e dados é maior. Não me parece sequer que seja um problema de língua, uma vez mais. Nem sequer um problema de capacidade ou competência no domínio dos métodos digitais, mas há esse ponto de partida que é muito diferente e que corresponde a uma barreira que tem de ser ultrapassada na comunidade que fala e investiga em português e que já há muito foi deixada para trás no mundo anglo-saxónico, alemão ou mesmo francês. É preciso que também nas Humanidades Digitais se tenha a noção desses condicionamentos e as universidades têm de pressionar para que isso seja alterado.

Além disso, o acesso à tecnologia, seja em que país for, não se faz sem desigualdade social e até de género. É conhecida a dificuldade, que não é genética, natural ou de capacidade, de integrar as nossas estudantes ou jovens investigadoras no mundo da tecnologia. Algo que tem de ser abordado logo desde o ensino básico, gerando igualdade de oportunidades, mudando comportamentos culturais. E o mesmo acontece com as diferenças económicas, pois quando temos alunos a chegar às universidades, por vezes, sem terem tido acesso a bons computadores, a uma Internet fiável, fica mais difícil a sua inclusão na dita transformação digital. Se estes factores não forem tidos em conta, o digital pode ser mais um factor de desigualdade. Neste ponto, as Humanidades Digitais devem ser críticas e auto-reflexivas.

SPI: As HD, particularmente as suas associações internacionais, são frequentemente acusadas de promover ou assumir um certo monolinguismo inglês (como outros campos académicos, mas se calhar de forma mais acentuada que outros). Concorda com esta crítica?

DA: Foi uma crítica válida até há pouco tempo. Talvez ainda continue a ser, um pouco. Mas as coisas estão a mudar e basta olhar para a forma como a maior conferência mundial das Humanidades Digitais, patrocinada pela Alliance of Digital Humanities Organizations, define agora a importância do multilinguismo para se perceber que as críticas dos últimos anos estão a ter impacto. Houve polémica sobre isso na conferência do Canadá, igual polémica na conferência deste ano (2023) na Áustria. Mas há iniciativas para expandir o multilinguismo nas Humanidades Digitais, conferências nos Estados Unidos e na Austrália que já assumem isso, redes internacionais onde o inglês já não é a língua mais falada, têm nascido associações nos mundos de língua espanhola e portuguesa, existem projectos editoriais assumidamente multilinguistas. Contudo, é preciso ter a noção que em algum momento precisamos também comunicar todos, ter uma língua comum que facilite diálogos e parcerias, colaborações em projectos, e essa língua, quer se goste ou não, é o inglês actualmente. Na revista de que sou editor, por ser sediada numa universidade britânica, temos de publicar em inglês, contudo, o corpo editorial é suficientemente amplo e diverso para permitir que os autores enviem as suas propostas noutras línguas, como o português, o espanhol ou o francês.

SPI: As HD também parecem ter herdado ou assumido a divisão de objetos de estudo nacionais ou linguísticos; não são muito abundantes os projectos contrastivos ou transnacionais. Concorda com esta apreciação? A que pode dever-se este facto?

DA: Se as Humanidades Digitais se estão a afirmar nas universidades, acabam por assumir alguns dos vícios desses meios. Não que devamos ser acrílicos em relação a isto, mas também faz parte do processo de institucionalização que se joga neste momento. Contudo, eu talvez tenha uma visão menos negativa quanto a este aspecto. Talvez por desde cedo ter estado ligado a projectos com uma componente comparativa, internacional ou transnacional, o meu ponto de vista pode ser um pouco destorcido. Vejo precisamente as Humanidades Digitais como um campo com enorme potencial para assumir essa ruptura, para facilitar esses diálogos e encontros multinacionais e multilinguísticos, como já tinham tido a capacidade de estimular a interdisciplinaridade.

SPI: Prestam as HD suficiente atenção à diversidade linguística e cultural, tanto como objeto de estudo, como nas suas próprias estruturas e organizações?

DA: No caso das estruturas e organizações, como referi atrás, julgo que se está a fazer um caminho positivo no sentido de uma maior atenção dada à diversidade cultural e linguística. Não tenho muitos dados para poder afirmar que isso esteja a acontecer ou não no campo dos estudos. A percepção, contudo, é que existem projectos relevantes no campo da história cultural e da linguística dentro das Humanidades Digitais, inclusive procurando integrar análises sobre línguas e culturas negligenciadas ou esquecidas, como dos povos indígenas no Brasil, por exemplo.

SPI: O Daniel é também o coordenador do *Programming Historian em Português*. Esta iniciativa é pioneira e em certo modo exemplar pela sua diversidade linguística e de contextos nos quais se aplica. Pensa que este é um modelo que deveria estender-se a outras iniciativas ou âmbitos?

DA: O *Programming Historian* é talvez exemplar do caminho que tenho apontado acima. É um projecto que começou entre 2008 e 2012 por ser totalmente em inglês, centrado no mundo anglo-saxónico, mas que por ter conseguido atrair a atenção de uma comunidade mais global foi-se adaptando e com isso crescendo. Em 2017 incorporou uma versão em espanhol, em 2019 a equipa expandiu-se para o francês e em 2021 iniciou-se a colaboração em português. O mais interessante neste projecto é que não é somente uma mera tradução do original em inglês, cada equipa trouxe o seu próprio método de trabalho, adaptou os conteúdos aos meios académicos de cada língua, veio com isso enriquecer e potenciar muito a ideia base. E agora temos as várias equipas a traduzirem e a adaptarem lições de múltiplas línguas, a comunicarem em múltiplas línguas, a aceitarem as nuances culturais de múltiplos países dentro de cada língua. Tem sido muito instrutivo participar no projecto e sem dúvida que pode representar um bom modelo para outras iniciativas.

SPI: O *Programming Historian* também é exemplar pelo seu foco na divulgação e na formação dos futuros Humanistas Digitais, por exemplo na área da programação, que costuma ser amplamente desconhecida por estes. É preciso investir mais nesta formação básica em diferentes âmbitos digitais nas Humanidades?

DA: Sem dúvida. Das preocupações que tenho expressado em várias publicações e comunicações nos últimos anos, a necessidade de reforçar a aposta na formação em métodos digitais tem sido das mais recorrentes. É fundamental lutar contra a ideia de que as novas gerações, por terem nascido já na chamada era digital, não têm necessidade de formação nesta área. Isso é errado, parte do pressuposto que as Humanidades Digitais correspondem a uma mera utilização passiva e acrítica de ferramentas digitais de produtividade. Nem nos anos 80 e 90, antes de se chamarem Humanidades Digitais, eram assim, quanto mais agora, quando se usam métodos tão avançados como a Inteligência Artificial, por exemplo. É óbvio que uma parte significativa dos estudantes chegam à universidade já com conhecimentos básicos de funcionamento dos computadores e dos aplicativos de escrita e apresentação digital. Dominam também as redes sociais, embora as usem quase exclusivamente de uma forma lúdica. Sabem fazer pesquisas simples em portais generalistas. Mas fazer isso não é fazer Humanidades Digitais, é o básico do que podemos chamar de literacia digital.

Conhecer várias linguagens de programação (mesmo que não se domine totalmente a sua estrutura e funcionamento) e a sua utilidade, ser crítico face ao impacto que a digitalização e o uso da tecnologia tem no modo de produção e reprodução do conhecimento (mas também das desigualdades e dos estereótipos), saber dialogar com os colegas da computação, ter competências não só para a pesquisa em modo avançado, mas também para a selecção, avaliação e gestão adequadas dos dados, saber adaptar os métodos e ferramentas digitais aos objectos

e objectivos de estudo, saber comunicar de forma eficiente e segura em meio digital, são hoje valências fundamentais, não só para o trabalho académico, como para o futuro profissional. Ensinar Humanidades Digitais é também isso, além da necessidade de formar novos investigadores, capazes de desenvolver projectos inovadores, capazes de lidar com as tecnologias emergentes e com o impacto que já estão a ter no nosso quotidiano e trabalho.

O *Programming Historian* é apenas um recurso, em certo sentido introdutório, para tudo isto, mas é fundamental que todas as licenciaturas e programas de pós-graduação assumam em definitivo a necessidade de incorporar uma ou várias disciplinas de métodos digitais. É igualmente fundamental criar ofertas formativas mais estruturadas na área das Humanidades Digitais, quer ao nível do mestrado, quer do doutoramento, não com o objectivo de serem concorrenciais com as Humanidades ditas tradicionais, mas porque estamos já num caminho em que as Humanidades não podem ignorar o mundo digital que as envolve. Daqui a dez anos, se não antes, não vamos estar a falar de Humanidades Digitais; estudar, investigar e comunicar em Humanidades vai ser estudar, investigar e comunicar em Humanidades Digitais.

Referências

Atlas das paisagens literárias de Portugal continental. Disponível em <<https://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em julho de 2023.

Portal ROSSIO. Disponível em <<https://rossio.pt>>. Acesso em julho de 2023.

Programming Historian em português. Disponível em <<https://programminghistorian.org/pt/>> Acesso em julho de 2023.

Daniel Alves é Professor Auxiliar no Departamento de História e investigador no Instituto de História Contemporânea, ambos da NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. Tem mestrado em História do Século XIX e doutoramento em História Económica e Social Contemporânea. É Editor da revista *IJHAC: A Journal of Digital Humanities*, da Edinburgh University Press, desde 2020. Colabora com frequência em projectos de Humanidades Digitais, tendo várias publicações sobre a temática. É coordenador do Laboratório de Humanidades Digitais do IHC (<http://dhlab.fcsh.unl.pt/>) desde 2019 e Editor-chefe da versão em português do site *The Programming Historian*.

Santiago Pérez Isasi é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e investigador do Centro de Estudos Comparatistas dessa mesma Faculdade, no qual é responsável pela Iniciativa CECComp-Humanidades Digitais. As suas áreas de investigação principais são os Estudos Ibéricos, a historiografia literária e as Humanidades Digitais. Foi entre 2018 e 2020 o IP do projeto *Mapa Digital das Relações Literárias Ibéricas (1870-1930)*, e co-dirige o projeto *IStReS – Iberian Studies Reference Site*, junto com Esther Gimeno Ugalde, com quem também co-edita a *International Journal of Iberian Studies*.

© 2023 Daniel Alves, Santiago Pérez Isasi

Licensed under the [Creative Commons Attribution 4.0 International \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).